



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**  
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

### TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0008968-19.2013.8.26.0566 - 2013/000185**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumário - Desacato**  
 Documento de: **TC - 82/2013 - 3º Distrito Policial de São Carlos**  
 Origem:  
 Réu: **Denis de Andrade Moreira da Costa**  
 Data da Audiência: **30/08/2018**

Justiça Gratuita

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **DENIS DE ANDRADE MOREIRA DA COSTA**, realizada no dia 30 de agosto de 2018, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a ausência do acusado, estando presente o Defensor Público **DR. JOEMAR RODRIGO FREITAS**. Iniciados os trabalhos, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foi inquirida a vítima **EVERSON RODRIGO GARCIA** (*Depoimentos registrados por meio audiovisual, de acordo com o previsto no artigo 405, § 1º do Código de Processo Penal, tendo sido juntados aos autos em consonância com os artigos 150 e 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). As partes desistiram das demais oitivas, o que foi homologado pelo MM Juiz. Após, não havendo outras provas a serem produzidas (artigo 402 do CPP), o MM Juiz determinou que se passasse aos debates orais (artigo 403 do CPP), os quais foram realizados em mídia digital (*Conteúdo captado pelo registro audiovisual, tendo sido juntado aos autos de acordo com o artigo 150 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. DENIS DE ANDRADE MOREIRA DA COSTA**, qualificado, foi denunciado como incurso no artigo 331, por duas vezes, c.c. Artigo 70 "caput" ambos do Código Penal. O réu foi citado e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a procedência nos termos da denúncia, com fixação de pena no mínimo legal, e regime inicial aberto e substituição



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

da pena privativa de liberdade por multa. A defesa requereu o decreto absolutório. **É o relatório. DECIDO.** O réu deixou de comparecer a essa audiência, e não ofertou a sua versão para os fatos em juízo. Em contrapartida, a prova acusatória é firme. O policial ouvido nesta data prestou declarações seguras e com boa memória sobre o ocorrido, apesar do tempo transcorrido. Não restam dúvidas de que foi desacatado juntamente com seu companheiro de farda. As palavras proferidas pelo réu são reconhecidamente ofensivas. Não há dúvidas quanto a autoria, uma vez que o réu foi detido imediatamente após gritar para os policiais que passavam pela rua em patrulhamento. Procede a acusação. Passo a fixar a pena. Dentre as penas previstas, aplico a de multa, que fixo no mínimo legal, para cada um dos dois delitos, e aumento de 1/6 em razão do concurso formal, perfazendo o total de 11 dias-multa. Fixo o valor do dia multa do mínimo legal. Ante o exposto, julgo procedente o pedido contido na denúncia condenando-se o réu **DENIS DE ANDRADE MOREIRA DA COSTA** à pena de 11 dias-multa, por infração ao artigo 331, por duas vezes, c.c. Artigo 70 "caput" ambos do Código Penal. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. Intime-se o réu pessoalmente da presente decisão. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, \_\_\_\_\_, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **CLAUDIO DO PRADO AMARAL**

<p><b>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</b></p>
--

Promotor:

Defensor Público: